

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37319	49576/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



RESOLUÇÃO

Processo: 20284/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Fiscalização de operações urbanísticas - decisão final de embargo

Local da obra: Morada: Rua da Aboinha/ Lugar das Vendas, nº 16 - Tebosa, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36281 de 10 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Pese embora se encontre a tramitar no Departamento de Urbanismo uma alteração à licença (processo 14867/2025) com vista, entre outras, a suprir as irregularidades urbanísticas detectadas pelos Serviços da DFOP, certo é que, até à presente data, não foi proferida decisão final.

Assim, mantendo-se os pressupostos que estiveram na base do projeto de decisão de embargo, propõe-se o prosseguimento dos autos, no sentido da emissão de decisão final de embargo, nos termos anteriormente propostos.

Conhecimento aos interessados.

À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 20284/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Embargo de obra

Local da obra: Rua Aboinha, 16 - Tebosa, Braga

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33736 de 16 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

Como resulta da informação que antecede, a operação urbanística dos autos não cumpre o projeto de arquitetura aprovado.

Assim, e pese embora se encontre em apreciação o aditamento à licença, tendo em vista a regularização das desconformidades urbanísticas detectadas, certo é que, sobre o mesmo, ainda não recaiu decisão final.

Assim, propõe-se seja determinado o embargo da obra ao abrigo da norma da alínea b), do n.º 1, do artigo 102.º-B, do RJUE, na sua redação atual.

Contudo, não havendo perigo de, entretanto as obras ficarem concluídas, propõe-se seja feita a audiência prévia dos interessados da intenção de embargo da obra, ao abrigo dos artigos 121.º e ss., do CPA, na sua redação atual.

Mais se propõe se notifique o interessado para, no prazo de 5 dias úteis, adotar as medidas necessárias para garantir as condições de segurança do terreno contíguo.

Por fim,

Uma vez que os factos constatados constituem infração contraordenacional, nos termos das alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 98.º, do RJUE, deve o Agente Fiscalizador elaborar participação, também, por violação do n.º 2, do artigo 80.º-A, do RJUE.



Deve, igualmente, ser dado o devido conhecimento aos Serviços da DGMT/DU/DAT e a todas as partes interessadas no processo, mantendo-se a monitorização da operação urbanística até efetiva reposição da legalidade urbanística

À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

